Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



A cabeça da gente tem dois lados: o do problema e o da solução. Fui treinada para 'usar' o da solução
Luiza Trajano

Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Presidente da Frente pelo Livre Mercado no Senado

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A senadora eleita pelo DF Bia Kicis (PL) e a deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) vão assumir, em 2027, as presidências da Frente Parlamentar Mista pelo Livre Mercado (FPLM) no Senado e na Câmara dos Deputados, respectivamente. "A liberdade econômica é fundamental para quem produz e investe neste país. Precisamos saber o que estamos votando e contar com apoio técnico para tomar decisões com segurança. A Frente nos ajuda a enfrentar os problemas de quem quer empreender, ter segurança jurídica, menos burocracia e menos regulamentação", afirmou Kicis.



Setor produtivo mobiliza parlamentares para impedir mais tributação de IOF

Após o resultado da eleição presidencial, o governo Lula, com a instabilidade no mercado financeiro, vem sendo fortemente cobrado por um ajuste fiscal vigoroso. E a sinalização de buscar equilíbrio nas contas com aumento de arrecadação ligou o alarme do setor produtivo, que teme que esse aumento de receita venha com mais impostos. A reação já veio. A Coalizão das Frentes Produtivas, que reúne Frentes Parlamentares de diversos setores da economia brasileira, afirmou que "repudia" qualquer nova tentativa do governo federal de elevar a carga tributária sobre o setor produtivo, especialmente por meio da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre instrumentos essenciais ao financiamento da economia nacional.

Letras de crédito

A reação veio depois que surgiram informações de que o governo federal estaria avaliando a instituição, por decreto presidencial, de cobrança de IOF sobre Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e debêntures incentivadas. "A busca pelo equilíbrio fiscal não pode servir de justificativa para contornar decisões do Congresso Nacional, ampliar a insegurança jurídica e impor novos custos à economia brasileira", destacou a Coalização.

CBS acima do esperado

Segundo o bloco, a preocupação torna-se ainda mais grave diante das recentes informações sobre a implementação da Reforma Tributária. O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou uma alíquota de referência de, aproximadamente, 11,3% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em 2027, percentual significativamente superior aos 9,21% estimados pelo Comitê Gestor do IBS em julho e aos 8,8% projetados pelo Ministério da Fazenda em 2024.

Mais concorrência entre empresas de benefício alimentar ao trabalhador

Magnific



Os cartões de vale-refeição (VR) e vale-alimentação (VA) terão mudanças a partir de 7 de novembro. A principal é a aceitação de cartões de diferentes operadoras em qualquer maquininha habilitada para processar esse tipo de pagamento. Cartões de empresas como Alelo, Ticket, VR Benefícios, Pluxee, Flash e Swile estão entre os incluídos pela medida. As novas regras também estabelecem limites para as taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais e reduzem o prazo para o repasse dos valores das vendas. O objetivo do governo é estimular a concorrência no setor e facilitar a aceitação dos benefícios pelo comércio.

Abrasel aponta dificuldade

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) alega que os sistemas das empresas ainda não estão totalmente integrados e aponta dificuldades para o funcionamento da medida no prazo previsto. Além disso, parte das regras é alvo de questionamentos judiciais por operadoras do setor.

Governo Federal alerta para golpes envolvendo o Pix MEI



O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) alertou para informações falsas e tentativas de golpe envolvendo o Pix MEI, iniciativa em fase de planejamento para o período de 2027 a 2030. O programa ainda está em fase de estruturação técnica, sem inscrições abertas ou liberação de recursos. Qualquer mensagem que anuncie pagamentos imediatos ou exija taxas para acesso ao benefício é falsa.

Como deverá funcionar

A proposta prevê a transferência direta de até R$ 5 mil por beneficiário, na modalidade de capital semente a fundo perdido. Diferentemente de empréstimos bancários, os recursos não precisarão ser devolvidos e não haverá cobrança de juros.

Prioridade para empreendedoras

O ministro Paulo Pereira, em entrevista exclusiva ao **Correio**, afirmou que pelo menos metade dos recursos do programa será destinada ao empreendedorismo feminino. "Vamos priorizar as mulheres que representam 48% dos registros no país, e de microempreendedores individuais (MEIs) com faturamento anual de até R$ 40,5 mil", frisou.



